



**MUNICÍPIO DE ALCOCHETE**

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**N.º 01/25**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
REALIZADA EM 28 DE  
FEVEREIRO DE 2025**

Aos vinte oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, nesta vila de Alcochete e Salão Nobre da Junta de Freguesia de Alcochete, pelas 21:30 horas, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida pelo Doutor Mário Manuel Catalão Boieiro, encontrando-se presentes os seguintes membros:

*Pelo Partido Socialista:*

- Carlos Manuel Rosa Correia, Teresa Isabel Condelpes Rei, Carla Maria Bernardo da Cruz Pereira, Ricardo Alexandre Gomes Loureiro, Ana Lúcia Felgueira Maduro, Diogo da Silva Mourão, Mafalda de Almeida Catalão, José João Pereira Tavares e João Agostinho da Costa Carapinha Espiga.

*Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:*

- Ana Cristina Tavares de Almeida Brandão e Helena Paula Menezes Batista.

*Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:*

- Patrícia Pinto Felizes Figueira.

*Pelo Partido Social Democrata:*

- Andreia Patrícia Silva e Sousa.

*Presidentes das Juntas de Freguesia:*

- Maria Manuel da Costa Maduro, presidente da Junta de Freguesia de Alcochete, Joel Francisco da Piedade Rodrigues, presidente da Junta de Freguesia do Samouco e João Manuel Fernandes dos Santos, presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco.

Faltaram à sessão:

*Pelo Partido Socialista:*

- Sérgio Manuel Carvalho Simões, por motivos profissionais, tendo sido substituído por Elisa Beatriz de Jesus Massaroca e José Luís Nunes Catalão, por motivo de se encontrar no estrangeiro, tendo sido substituído por Maria Helena Catalão Barrinha, dado as indisponibilidades de Rui Manuel Rodrigues Silva, por motivos pessoais e de se encontrar ausente do concelho, Milton dos Santos Marques Alcaide, por motivos profissionais, Inês dos Santos Seabra, por motivo de se encontrar ausente do concelho, José Navarro Lopes Gemas, por motivos pessoais e Rui André Catalão Ferreira Pinto, por motivos familiares (Documentos anexos à Minuta da Ata).

*Pela Coligação Democrática Unitária*

- Ana Luísa Giro Pereira dos Santos Lourenço, por motivos pessoais, tendo sido substituída por João Nuno Navarro Monteiro Baptista Coelho, Álvaro Jacinto da Costa por se encontrar ausente do concelho, tendo sido substituído por João António Mendes Lopes dado a indisponibilidade de Rui Manuel da Graça Santa, por motivos de renúncia de mandato, por já não viver no distrito, Ana Margarida Brigue da Glória Velhinho, por questões pessoais, Maria de Fátima Lima Vieira e Lídia Cristina Mangas Abrantes por motivos profissionais. Faltou ainda Rui Miguel da Silva Mortal, por motivos pessoais, tendo sido substituído por Maria Dulce Ramalho Branco Valentim, dado a indisponibilidade de Carlos Manuel Ferreira Soares, por motivos profissionais. Por motivo de falecimento do candidato Luís Miguel Ramos Cesário, o mesmo já não consta da lista da Coligação Democrática Unitária, pelo que foi substituído pelo membro imediatamente a seguir, no caso, Lídia Cristina Mangas Abrantes (Documentos anexo à Minuta da Ata).

*Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:*

- Alexandre Manuel da Costa Freire Gonçalves, por motivos de ordem profissional, tendo sido substituído por Jorge Manuel de Sousa Sinquenique, em função das indisponibilidades, igualmente por razões profissionais de Nelson Roberto Nery Pinto, Joana Mafalda Gabriel

Santos Nicolau, Fernando Martinho de Sousa Correia e Ana Mafalda Boieiro Marques (Documentos anexo à Minuta da Ata).

*Pelo Partido Chega:*

- Cecília do Carmo Teles Brandão Martins, por motivos pessoais, tendo sido substituída por Mário Daniel da Silva Tavares Paracana, em função das indisponibilidades de Nuno Filipe Folgado Valente, por motivos profissionais e por motivos pessoais Fernando Manuel Teles Brandão, Sofia Reis Giro, Rui Carlos Folgado Valente, Pedro Miguel de Jesus da Conceição, Rita Maria Cid Matias, Mário Bruno Martins Sena, Ricardo Jorge Costa Madeira, Sónia Alexandra Lourenço Rodrigues, Rui Fernando de Jesus Figueiredo, Luís Miguel Jorge Dourado, Madalena Maria Teles da Cruz Marcelino Gunza, Jorge Manuel Guerreiro do Carmo Paulos, Daniel Filipe Simões Lopes e Filomena Maria Neves Figueira de Carvalho dos Santos (Documento anexo à Minuta da Ata).

Os pedidos de justificação foram aceites.

Pelo executivo camarário encontram-se presentes o senhor presidente da Câmara, Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, as senhoras vereadoras Maria de Fátima Maduro Gregório Soares e Ana Sofia Madeira Maduro e os senhores vereadores Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado e Jorge Manuel Pereira Giro.

Faltaram à sessão, o senhor vereador Dário João Ferra Moura, por motivo de se encontrar ausente do concelho (Documento anexo à Minuta da Ata) e o senhor vereador Luís Miguel Carraça Franco, que não apresentou justificação para a sua ausência.

### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MUNICÍPES**

Não se registaram intervenções.

## **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

Aberto este período ao abrigo da alínea c), do artigo 20.º do Regimento da Assembleia Municipal, o presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão a seguinte ata:

- **Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 26 de setembro de 2024**

Submetida à discussão e votação, a ata foi aprovada por unanimidade.

Não votaram: Maria Helena Catalão Barrinha, João António Mendes Lopes, Maria Dulce Ramalho Branco Valentim, Jorge Manuel de Sousa Sinquenique e Mário Daniel da Silva Tavares Paracana por não terem estado presentes, ao abrigo do n.º 3, do artigo 34.º do Código do Procedimento do Administrativo.

Ao abrigo da alínea d), n.º 2, do artigo 20.º do regimento da Assembleia Municipal, usaram da palavra os seguintes membros:

- Patrícia Figueira, bancada do CDS/PP

Informou que a concelhia do CDS/PP reuniu no mês de janeiro com o STAL (Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional), onde estes transmitiram uma série de preocupações que constam de um caderno reivindicativo, já entregue ao executivo da câmara municipal. Salientaram que têm tido um diálogo difícil com o executivo camarário, contudo exigem a discussão do documento que assenta em três pressupostos fundamentais, nomeadamente, melhoria das condições de trabalho, a reivindicação para que todos os funcionários, cuja área profissional se enquadre, recebam o Suplemento de Penosidade e Insalubridade e a aplicação

da Opção Gestionária, de acordo com os artigos 156.º e 158.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, isto para além dos 5% legais.

Relativamente às condições de trabalho, abreviando, foi reportado a existência de instalações antiquíssimas e desacuadas, frota automóvel obsoleta e desacuada, existência no Setor de Águas e Saneamento de materiais e ferramentas muito antigas que devem ser substituídas. A oficina não tem qualquer tipo de climatização, o tipo de pavimento é não lavável, o que degrada a higienização do mesmo, uma vez que só pode ser limpo através de varredura, o que liberta póis que são nocivos para a saúde dos trabalhadores. Embora os balneários, WC's e duche tenham sido objeto de melhoramento ao nível de ventilação e pintura, não existiu intervenção no redimensionamento para permitir resolver o maior de todos os problemas, que é falta de acesso, nas palavras do sindicato. Também foi reportado que a oficina e garagem do Samouco não tem qualquer divisão entre o espaço no qual os trabalhadores comem e o espaço onde se encontram produtos químicos tóxicos e inflamáveis e que, para além disso, tem cobertura danificada em fibrocimento que intoxica quem se encontra no espaço.

Em relação ao Suplemento de Penosidade e Insalubridade, parece-lhe uma questão de interpretação, atualmente os setores que recebem são: canil, cemitério e higiene urbana e o STAL defende a sua aplicação a todos os trabalhadores operacionais, ao contrário da interpretação restrita que é feita ao abrigo da categoria profissional. Além disso, todos os trabalhadores do saneamento presentes em todo o ciclo de água, nas palavras do sindicato, deviam receber, prática que é unanimemente praticada em vários municípios de forças políticas diversas.

No que concerne à Opção Gestionária, foi transmitido que o executivo camarário se tem defendido ou alegado que tem restrições, nomeadamente legais, enquanto entidade pública ao nível orçamental. Ao analisar um parecer da CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional) sobre o

assunto, parece-lhe que pode ser efetuada uma interpretação diversa por parte do executivo, que naturalmente, terá a sua.

Seguidamente, dado que na informação sobre a atividade do senhor presidente da câmara, consta a realização de uma reunião com o STAL no passado dia 10 de fevereiro, solicitou informação sobre as conclusões da mesma e se existiu alguma alteração relativamente a estas reivindicações.

– Ana Brandão, bancada da CDU

Considera que se continua com dificuldades e sem soluções conhecidas de planeamento e visão relacionados com a mobilidade, pois continua-se com insuficiências no transporte público e o trânsito automóvel é cada vez mais grave. Pelo que pergunta para quando uma saída da Ponte Vasco da Gama direta aos concelhos de Alcochete e Montijo, julgando que os executivos destes municípios deveriam defender uma via dedicada aos transportes públicos que permitiria melhorar a circulação viária, bem como o tempo gasto na travessia, ideia que também é defendida pelo senhor Rui Lobo do Conselho de Administração dos Transportes Metropolitanos de Lisboa. Para além desta questão, continuam os problemas de trânsito junto às escolas, nos horários de entradas e saídas, principalmente junto à Fundação João Gonçalves Júnior, pelo que questionou, mais uma vez, qual a solução. Mais questionou para quando a construção de um ou mais parques de estacionamento, dado que é caótico estacionar em Alcochete, devido também ao grande aumento do parque automóvel.

Seguidamente, dado no Samouco correr a notícia que os autocarros vão deixar de circular no interior da vila, interrogou sobre a veracidade da informação.

Por último, mencionou que ultimamente se tem verificado a existência de vários assaltos em Alcochete, nomeadamente junto ao Estádio, perguntou se o executivo já fez ou prevê realizar alguma diligência, no sentido de a G.N.R. aumentar o seu contingente no concelho.

- Ana Lúcia Maduro, bancada do PS

Solicitou informação sobre o ponto e situação das obras de requalificação dos espaços rurais no Passil, ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), nomeadamente, Escola Básica, Jardim-de-infância, Complexo Desportivo e Centro Comunitário do Passil, bem como do processo concursal para requalificação do Polidesportivo de S. Francisco.

Dado verificar que já se iniciaram as obras no Pontão de Alcochete, questionou sobre o prazo de execução e quando o mesmo se encontra operacional.

- Presidente da câmara

Em resposta à deputada Patrícia Figueira, começou por referir que desconhecia a dificuldade de diálogo com o STAL, pois das vezes que teve oportunidade de reunir com estes, existiu uma conversa do princípio ao fim, não tendo tido a noção de existir qualquer dificuldade na conversação. Estes assuntos, porque implicam recursos humanos, são acompanhados pela senhora vereadora Ana Sofia Maduro que tem o respetivo Pelouro e das conversas que tem mantido com a mesma, também não verifica que haja alguma dificuldade de diálogo. Salientou que respeita este e qualquer outro sindicato, porque entende que é papel fundamental destes organismos a defesa intransigente dos seus trabalhadores, porém os trabalhadores da Câmara Municipal de Alcochete têm no seu presidente, assim como em todo o executivo, defensores asseridos daquilo que são as suas condições de trabalho, de acordo com a disponibilidade do município.

Em relação à questão da melhoria das condições de trabalho, afirmou que todos os dias existem problemas ao nível das viaturas, das infraestruturas, dos equipamentos e meios, contudo, todos os dias o executivo trabalha no sentido de melhorar as condições, até porque o entendimento é que quanto melhor forem as suas condições de trabalho, maior é a sua eficiência no trabalho, seja

ele desempenhado por técnicos superiores ou assistentes operacionais. No que concerne à melhoria das condições de trabalho, evidenciou que essa foi uma tarefa que o atual executivo iniciou logo no ano de 2018, enumerando de seguida as beneficiações realizadas nos serviços operacionais:

#### Oficina de Serralharia:

- Instalação de iluminação adequada, com sistema de projetores Led;
- Aquisição de máquina de corte;
- Instalação de sistema de aspiração de fumos tóxicos;
- Aquisição de máquina de curvar tubos;
- Colocação de novas bancadas de trabalho;
- Instalação de uma nova guilhotina;
- Aquisição de gerador;
- Aquisição de diversos equipamentos essenciais para o desenvolvimento das atividades, tais como, máquina de soldar, berbequins, rebarbadoras, etc.;
- Reabilitação do gabinete de apoio, incluindo zona de arrumos.

#### Oficina de Carpintaria

- Instalação de nova cobertura;
- Renovação de caixilharia;
- Pintura interior e exterior;
- Colocação de equipamentos e rede de ar comprimido;
- Instalação de iluminação adequada com sistema de projetor Led;
- Instalação de sistema de aspiração de poeiras;
- Instalação de sistema de serra circular profissional;
- Beneficiação da instalação elétrica.

#### Oficina de pintura

- Instalação de nova cobertura;
- Renovação da instalação elétrica;
- Pintura exterior;
- Instalação de pistola de ar quente;

- Instalação de estufa de pintura;
- Aquisição de novos escadotes e equipamento de ar comprimido.

#### Oficina de eletromecânica

- Instalação de nova cobertura;
- Reabilitação do gabinete de apoio;
- Reabilitação da zona de arrumos e respetivo acesso, nomeadamente do acesso superior;
- Aquisição de diversos equipamentos essenciais para desenvolvimento das atividades.

#### Oficina de calceteiros

- Instalação de nova cobertura;
- Pintura interior;
- Beneficiação da instalação elétrica;
- Colocação de novo piso.

#### Oficina dos pedreiros

- Aquisição de novo berbequim;
- Aquisição de um bate estacas monitorizado;
- Aquisição de máquina de corte de blocos de betão;
- Aquisição de conjunto de andaimes;
- Aquisição de parafusadora.

#### Oficina dos asfaltadores

- Mobilização para novo espaço com dimensões adequadas para o número de trabalhadores, espaço esse que foi alvo de uma reabilitação profunda ao nível da cobertura, do piso, pintura interior, colocação de caixilharia e colocação de instalação elétrica;
- Aquisição de equipamento para fresagem de betuminoso;
- Aquisição de diversos equipamentos essenciais para o desenvolvimento das atividades, tais como, roçadoras, sopradores, conjunto de *walkie-talkies*, etc.

#### Oficina de sinalização e trânsito

- Aquisição de máquina para pintura de pavimentos;
- Aquisição de semáforos portáteis;
- Aquisição de diversos equipamentos essenciais para desenvolvimento das atividades, tais como, torna, rebarbadora, entre outros equipamentos.

Para além de tudo isto, procedeu-se à instalação de uma nova cobertura no armazém, nomeadamente no edifício antigo, criação de telheiros no exterior para acondicionamento de materiais e equipamentos, requalificação de dois gabinetes anteriormente afetos ao gabinete veterinário, construção de um piso intermédio no armazém 3, instalação de nova cancela automática na entrada do estaleiro, beneficiação da entrada do estaleiro, incluindo edifício da portaria e instalação de um posto de carregamento para veículos elétricos. Renovação das coberturas e claraboias do edifício principal, reformulação da iluminação exterior do estaleiro, instalação de diversos equipamentos de climatização, construção de gabinetes no armazém, substituição de iluminação do armazém com sistema de projetores *Led*, pavimentação do acesso à zona de lavagem dos carros de recolha de resíduos, instalação de diversos equipamentos de cozinha, nomeadamente fogão, armário frigorífico, conservação de congelados, máquina de lavar loiça, descascadora de batatas, beneficiação dos balneários, quer da parte masculina como da feminina dos serviços operacionais, com lavagem e pintura de tetos, reformulação de iluminação, instalação de um sistema de ventilação forçada, beneficiação da portaria, nomeadamente o gabinete dos seguranças e, atualmente, está-se a aguardar pela melhoria das condições climatéricas para instalação de cobertura nas zonas afetas aos pedreiros e pintura. No espaço da garagem, sita na rua do Mercado, foi colocado um portão novo, foi criada uma espécie de minicozinha, com condições para que os trabalhadores possam desfrutar do tempo livre que têm, nomeadamente para as refeições.

Quanto ao Suplemento de Penosidade e Insalubridade referiu que o Município de Alcochete, dos 308 municípios do país, foi um dos primeiros municípios a aplicar este suplemento, com a atribuição do valor máximo legal previsto na altura, o que denota a disponibilidade que o executivo tem para que os trabalhadores tenham as melhores condições para exercício das suas funções. Continua-se com a atribuição deste suplemento, regendo-nos por um parecer jurídico. Realçou que a senhora deputada disse, naturalmente de acordo com informação dada pelo STAL, que existem outros municípios que estão a atribuir este suplemento a um maior leque de funções, contudo, o Município de Alcochete atribui de acordo com o parecer jurídico que dispõe e consoante o que a legislação prevê. Salientou que não é jurista, porém, já percebeu que se existirem dois juristas, cada um terá uma ideia diferente e terminam sempre os pareceres com uma frase célebre “salvo melhor parecer”. Portanto, desenvolve a sua atividade de acordo com o que a legislação prevê e em conformidade com os pareceres que lhe dizem o que é possível de acontecer ou não é possível acontecer.

No que diz respeito à Opção Gestionária, considera que a senhora deputada ao reunir com o STAL em janeiro do presente ano, poderia ter dado logo a informação a estes que a assembleia municipal aprovou o Orçamento para 2025 onde consta a Opção Gestionária.

Entende que a Opção Gestionária deve ser o mais abrangente possível e não estar condicionada aos tais ditos 5%, dado que para si é injusto para os trabalhadores. Na administração pública existe uma ferramenta que é o SIADAP e não concorda que na Opção Gestionária exista um outro SIADAP, queria que fosse mais abrangente e o mais justo possível, pelo que é contra a atribuição dos apenas 5%. Aguardou-se que os Governos que estiveram no exercício das suas funções pudessem preconizar esta alteração, tendo-se dado agora essa situação e, portanto, está a Opção Gestionária em vigor no presente ano.

Em resposta à senhora deputada Ana Brandão, mencionou que o problema do acesso e da saída à Ponte Vasco da Gama não é um problema de hoje, é um problema que nasceu com o nascimento da própria ponte, contudo antes da Ponte Vasco da Gama, no concelho de Alcochete, por exemplo, existiam cerca de 11.000 pessoas, volvidos todos estes anos, existem, praticamente, 20.000 pessoas a residir no concelho, fora as largas centenas de pessoas que vão passando pelo concelho, com maior incidência ao fim de semana, sendo um facto que o nó de acesso e de saída, que acaba por ser um só, é efetivamente curto para aquilo que é tráfego normal do dia a dia e ainda não existe cidade aeroportuária. Teve oportunidade de reunir com a administração da Lusoponte e de colocar um conjunto de situações, nomeadamente e, fazendo uma analogia com a construção da Ponte 25 de Abril, que foi uma construção efetuada num outro tempo em que não existiam as mesmas tecnologias de hoje, como é que a Ponte 25 de Abril estava preparada para ter ferrovia e a Ponte Vasco da Gama dar-lhe a sensação que morreu à nascença. O que foi transmitido é que a Ponte Vasco da Gama está preparada para levar duas asas laterais de modo a poder circular o metro de superfície, situação que não avançou por uma questão de poupança, assim como não avançou a construção de um outro nó de acesso à ponte, como constava no projeto. Como a obra não foi efetuada na altura, hoje será mais difícil, até porque a Câmara Municipal de Alcochete e a Câmara Municipal do Montijo não vão realizar essa obra, terá de ser a concessionária a efetuar, estando a Lusoponte disponível para executar essa obra se o Estado prorrogar por mais 6 ou 7 anos a respetiva concessão. Os dois municípios são defensores intransigentes da construção de um novo acesso à Ponte Vasco da Gama, a Câmara municipal de Alcochete já tem um desenho feito e a Câmara Municipal do Montijo tem praticamente concluído o documento e, assim que o município do Montijo tiver o desenho pronto, irão os dois municípios marcar uma reunião com o senhor Ministro das Infraestruturas para lhe dar nota da necessidade de ser efetuado um novo nó de acesso.

No que concerne à dificuldade de circulação e, particularmente, no que diz respeito à rua onde está domiciliada a Fundação João Gonçalves Júnior,

mencionou que está numa fase conclusiva o projeto de alteração do tráfego, que permitirá criar na rua alguns estacionamento e a mesma passar a ter um único sentido de trânsito, junto à Fundação João Gonçalves Júnior, abrindo depois o leque um pouco mais à frente para duas faixas de rodagem.

Salientou que para aumentar o estacionamento tem de haver espaços, pelo que uma das exigências é que os novos projetos de loteamento, isto é, que todos os conjuntos de prédios tenham garagens para os condóminos do respetivo prédio, o que está a acontecer nos Planos de Pormenor da Quinta da Coutadinha e do Canto do Pinheiro. O mesmo acontece com o projeto da Unique Tagus em que cada fogo terá subterrâneo com dois lugares de estacionamento, sendo que no âmbito das negociações efetuadas com o promotor urbanístico, se conseguiu requalificar o largo da Feira, com a criação de mais de 250 lugares de estacionamento a 200 metros do núcleo histórico da vila de Alcochete.

Em relação aos autocarros no Samouco, informou que o Samouco através da junta de freguesia, em colaboração com um conjunto de gente dinâmica que defende as tradições, usos e costumes da terra, lançaram a revitalização do Carnaval no Samouco, pelo que será necessário alterar o percurso dos autocarros pelo período temporário de 2/3 dias, nos dias em ocorrerão os desfiles. De resto, não será efetuada qualquer alteração ao percurso dos autocarros, só em casos pontuais.

Relativamente à questão dos assaltos, comunicou que desconhecia o assunto, não lhe tendo chegado qualquer nota informativa sobre essa matéria.

No que diz respeito ao aumento dos efetivos da G.N.R., informou que essa questão não é da competência da câmara municipal, mas considera que face à densidade populacional do concelho, fixa e a passante (aquela que passa e não se fixa), se merecia por parte do Ministério da Administração Interna um maior número de efetivo e, até inclusivamente, maior número de viaturas. Pode reclamar com o Governo sobre essa matéria, porém as suas reivindicações só

têm sentido, se porventura, o Comando do Destacamento da G.N.R. de Alcochete/Montijo ou o Comando do Posto Territorial de Alcochete pactuar com as suas reivindicações e o que este último invoca é que não precisa de mais efetivos, pelo que fica sem argumentos para junto do ministério competente exigir mais recursos humanos.

Em resposta à deputada Ana Lúcia Maduro, referiu que as obras que estão a decorrer no Passil estão integradas na chamada Operações Integradas no âmbito das Comunidades Desfavorecidas, tendo a autarquia agarrado afincadamente esta oportunidade que o PRR possibilitou. Recordou que a autarquia teve de lançar por 2 ou 3 vezes o concurso para Requalificação do Complexo Desportivo do Passil e para Reabilitação do Centro Social do Passil, mas atualmente as notícias não poderiam ser melhores, pois, encontra-se concluída há uns meses a Requalificação da rua do Aceiro, com a implementação de saneamento básico, praticamente em todo o troço da rua, estando numa fase diria conclusiva o Polidesportivo do Passil, faltando apenas a pintura do pavimento e instalar o equipamento. Quer as obras da Escola Básica, quer do Jardim de Infância estão a decorrer sem problemas e depois de 2 ou 3 vezes o concurso ter ficado sem concorrentes, conseguiu-se que fossem apresentadas três propostas para construção do Complexo Desportivo do Passil que se irá destinar à prática das modalidades de rugby e de futebol, tendo sido lançado o procedimento por um preço base de €1.449.659,93, acrescido de IVA, com um prazo de execução até ao dia 31 de dezembro de 2025.

Quanto à obra de requalificação do Complexo Desportivo de S. Francisco, mencionou que nesta altura já poderíamos estar todos a usufruir do espaço, mas quis o destino que assim não fosse, não por incompetência do executivo, nem por parte dos técnicos da autarquia, mas, sobretudo, por incompetência de quem realizou o projeto, porém o processo chegou ao fim e no dia de ontem terminou o concurso, existindo uma proposta para elaboração do referido Complexo, num projeto que foi lançado a concurso público por um preço base de €1.634.513,93. Quando o executivo avançou com a ideia de realizar esta

obra e antes de avançar com o projeto, estando a reportar-se a finais do ano de 2018, a estimativa andava na casa dos €900.000,00, portanto, desde 2018 a 2025, teve-se que lançar o concurso pelo valor €1.634.513,93, porque a autarquia já o tinha lançado por duas vezes por valores mais baixos e estes ficaram desertos. Lembrou que esta não é uma obra ao abrigo do PRR, é realizada através de um investimento que o município efetivou para realização de um conjunto de iniciativas onde esta obra está incluída.

No que concerne ao pontão, informou que no dia de ontem as condições do Tejo não permitiram, mas no dia de hoje o pontão já chegou a Alcochete, não estando, porém, ainda concluído o trabalho. A rampa de acesso ao pontão também foi requalificada, que chegará na próxima quarta-feira e, portanto, nesse dia o assunto ficará na sua totalidade resolvido.

– Joel Rodrigues, bancada do PS

Na qualidade de presidente da Junta de Freguesia do Samouco, congratulou o executivo da câmara municipal pela obra levada a cabo na rua das Salinas, no Samouco, rua que apresentava há mais de 20 anos problemas no escoamento das águas pluviais em dias de intensa precipitação, provocando inundações, quer na rua, quer nos prédios que se encontram mais perto do jardim de infância. Depois da conclusão da obra, teve-se três testes da mãe natureza, um dos quais no dia de ontem, onde se registou uma intensa precipitação e, aparentemente, a situação está resolvida após mais de 20 anos.

Congratulou ainda o executivo pela obra que está a decorrer na praça da República, com a requalificação dos WC's públicos. Neste momento já se pode observar que a ilha ecológica está implementada, podendo-se verificar também a construção em alvenaria acima do solo.

Seguidamente, mencionou que no dia 31 de julho de 2024 a câmara municipal levou a cabo em conjunto com a Carris Metropolitana uma sessão de esclarecimentos por causa da implementação de novas carreiras da Carris

Metropolitana, melhorias por assim dizer, mas o que se sucedeu foi precisamente o contrário, pelo menos para a freguesia do Samouco. O que seria uma melhoria, acabou por ser uma menos valia, porque os utentes ficaram sem a carreira 4703 que fazia o percurso Samouco/Lisboa. Neste momento, os utentes estão a ir pelo Montijo (o que é um transtorno) ou são obrigados a vir até Alcochete na sua viatura particular para fazer um transbordo. Essa carreira foi subtraída no mês de setembro de 2024, tendo a Carris Metropolitana explicado que as implementações nas operações tinham um período obrigatório de permanência de um mês, contudo já se passaram quase seis meses e a situação não se reverteu.

Continuou referindo que a colocação dos abrigos nas paragens é urgente, assim como a introdução de uma carreira circular do género da 4001 ou 4002, no sentido de servir o interior da vila do Samouco.

Posteriormente, perguntou para quando o início das obras de requalificação do Parque de Merendas, que foi encerrado por motivos de segurança, devido ao risco de queda de árvores da espécie de eucalipto ali presentes, bem como, questionou para quando o início das obras na rua Dr. Barata Salgueiro, rua 1.º de Dezembro, rua da Praia e largo 25 de Abril.

– João Santos, bancada do PS

Na qualidade de presidente da Junta de Freguesia de São Francisco, questionou sobre a previsão de conclusão das obras da rua do Alto da Pacheca e solicitou informação quanto ao ponto e situação das obras de requalificação do palco de São Francisco, requalificação do largo dos arcos e da obra para construção da via pedonal e ciclovia que ligará São Francisco a Alcochete.

Por último, alertou para o facto das estradas da rua do cercal e da rua do Futebol Clube de São Francisco se encontrarem em muito mau estado, carecendo de uma intervenção urgente em determinadas zonas ou quase

totalidade das duas ruas, salientando que as mesmas se têm degradado dia após dia, devido ao aumento do fluxo de trânsito.

– Presidente da câmara

Relativamente ao mencionado pelo senhor presidente da Junta de Freguesia de São Francisco, nomeadamente sobre o estado das estradas da rua do Cercal e rua do Futebol Clube de São Francisco, referiu que essas duas estradas precisam de intervenção, assim como um conjunto largo de estrada que o executivo irá seguramente ter atenção. Recordou que desde finais do ano de 2017 e até aos dias de hoje, foram investidos em reabilitação da rede viária mais de €2.500.000,00. Informou que no momento está em curso um conjunto de projetos, porque os concursos públicos assim obrigam, para requalificação de várias estradas.

Quanto à obra do largo dos Arcos, deu nota que o projeto está em curso, ainda não está terminado, da mesma forma que está em curso o projeto para requalificação da praça Padre Cruz, em Alcochete, bem como o projeto para requalificação da praça José Coelho, em Samouco, que de acordo com as informações que dispõe, no decurso do mês de março os projetos estarão prontos, particularmente, o projeto do largo dos Arcos.

Em relação à obra de requalificação do palco de São Francisco, garantiu que no final do mês de maio, quando se iniciar as festas de Confraternização Camponesa, a obra estará pronta.

De seguida, congratulou-se pela obra desenvolvida na rua das Salinas, um trabalho *made in* Câmara Municipal de Alcochete, obra executada pelos trabalhadores da autarquia e que muito se orgulha porque, aparentemente, foi resolvido um problema com duas décadas de existência.

– Vereador Pedro Lavrado

Por solicitação do senhor presidente da câmara e com a devida autorização do senhor presidente da assembleia municipal, relativamente à questão da carreira que no momento se realiza no Samouco, carreira 4705, asseverou que desde que a alteração foi efetuada tem insistido com aos Transportes Metropolitanos de Lisboa (TML) sobre a situação, ainda no início do presente mês teve presente no Conselho Metropolitano da Mobilidade da Área Metropolitana de Lisboa (AML) onde voltou a colocar a questão, dado que os municípios do Samouco ficaram bastante prejudicados, porque deixaram de ter carreira para Lisboa por Alcochete, passaram a ter que ir pelo Montijo e, isso seria o menos, se não demorassem muito mais tempo a chegar a Lisboa. A resposta da TML ao longo deste tempo é que para colocar a carreira por Alcochete, sendo que o pretendido é que passe por S. Francisco, têm de ter mais viaturas, ou seja, segundo a TML a carreira que neste momento vai por Montijo, não poderá de existir, derivado os utentes do Montijo, pelo que teria de haver uma carreira a começar no concelho do Montijo para Lisboa e outra a começar no Samouco, via São Francisco e Alcochete para Lisboa, mas para isso é preciso mais viaturas. O operador está a realizar os procedimentos necessários para adquirir essas viaturas, só que todos compreendemos que não de adquiere um autocarro, quanto mais quatro ou cinco, em um mês ou dois. Os autocarros de passageiros têm de ser fabricados de propósito, inclusive o contrato de concessão refere que toda a frota deve ser nova. A TML já ponderou adquirir autocarros com dois ou três ano no máximo, no sentido de ser mais fácil a sua aquisição, mas mesmo assim, o operador não está a conseguir e sem a aquisição de viaturas não é possível fazer a “separação” e colocar as carreiras do Samouco a efetuar o percurso pelo concelho de Alcochete, mas a autarquia vai continuar a batalhar até conseguir atingir esse objetivo.

A mesma situação acontece com a carreira circular, sendo que nesta situação não tem insistido tanto, porque pretende solucionar primeiro a questão da carreira para Lisboa.

Em relação aos abrigos, informou que no momento a autarquia está a efetuar os procedimentos necessários para aquisição dos mesmos, salientando que estes não foram adquiridos no ano transato aquando das alterações, porque os mesmos não estavam cabimentados no orçamento de 2024, pelo que não havia verba para esse efeito.

No que diz respeito às obras da rua 1.º de Dezembro, rua da Praia e rua Dr. Barata Salgueiro, comunicou que os projetos se encontram em elaboração, numa fase adiantada, sendo depois lançados os respetivos concursos para elaboração das empreitas. Salientou que serão obras que para além de alterar e requalificar os perfis das respetivas ruas, será requalificado todo o sistema de saneamento, água e esgotos pluviais. As obras da rua 1.º de Dezembro, rua da Praia e largo 25 de Abril, serão uma intervenção, a obra da rua Dr. Barata Salgueiro será outra intervenção, que terão de ser bem conjugadas, porque não podem ser efetuadas ao mesmo tempo, dado a proximidade das ruas e dado os constrangimentos que as obras terão no trânsito, pois, se com uma obra existirá restrições, duas obras a decorrer ao mesmo tempo seria impossível circular.

No que concerne ao Parque de Merendas, mencionou que há cerca de um ano um eucalipto caiu em cima da vedação do parque e nessa altura foi observado que esse eucalipto não tinha bom aspeto, assim, foi contratada uma empresa externa para realizar uma avaliação fitossanitária de todas as árvores existentes no Parque de Merendas. O resultado foi que todos os eucaliptos estavam com graves problemas, estando todos eles em risco de queda, tendo caído três ou quatro sozinhos durante o inverno, devido ao vento. Neste momento, encontra-se na fase final a adjudicação a uma empresa externa o abate dos eucaliptos, depois do abate destes, iniciar-se-á a replantação de novas árvores, árvores que serão pequenas, pelo que não vão dar sombra. Assim, o planeado é passar a zona de merendas mais para sul, ou seja, mais para junto do muro do campo de futebol, onde irão ficar aí algumas árvores, porque no restante espaço do parque, nos próximos tempos, até as árvores ganharem alguma dimensão, não haverá grandes sombras. Estão a ser

realizados os trabalhos para que no dia 1 de junho o parque esteja com as condições mínimas para abrir e os munícipes poderem usufruir do espaço durante o verão, de junho a setembro, como é habitual todos os anos.

Relativamente à obra de requalificação da rua do Alto da Pacheca, referiu que a mesma está a ser requalificada, sendo que de momento está a ser efetuada a regularização e a limpeza das bermas para posteriormente ser colocado um novo tapete asfáltico. Presentemente, não tem memória da data exata de conclusão da obra, mas o prazo de execução corresponde a 60 dias, portanto, julga que até ao final do mês de março a obra esteja concluída.

Em relação à rua do Cercal, informou que a autarquia irá requalificar o que é possível, adiantando que não está previsto o asfaltamento completo da rua. Mais informou que atualmente o cilindro encontra-se avariado há cerca de duas semanas, está a ser reparado, pelo que, enquanto o cilindro não estiver a funcionar não será possível executar essa e outras requalificações que se encontram pendentes.

– Presidente da câmara

No que se refere à estrada que liga Alcochete a São Francisco, transmitiu que a autarquia desenvolveu um projeto para o qual tinha a expectativa que o Quadro Comunitário 20/30 pudesse proporcionar uma fonte de receita para concretização dessa obra, ou então, por via do PRR, mas nem, um nem outro o permite. No Quadro Comunitário 20/30 existe uma verba que permite desenvolver obras dessa natureza, mas só possibilita ao município de Alcochete obter um valor de cerca de €3.500.000,00, dividido em 5 segmentos de atuação, sendo que cada segmento engloba um valor de €1.100.000,00, sensivelmente. O projeto desenvolvido apresentava uma estimativa orçamental de €3.200.000,00, que visava a requalificação da antiga Estrada Nacional 119, estrada que liga Alcochete a São Francisco, desde o Cerradinho da Praia até ao limite da freguesia de São Francisco. O projeto foi realizado em 4 fases, mas só a primeira fase abrigava a esforço financeiro de €2.500.000,00 e o

restante valor no remanescente das outras fases até ao limite da freguesia de São Francisco. Assim, como não existem condições financeiras para lançar uma obra de €3.200.000,00 e para se integrar a obra no âmbito do Quadro Comunitário 20/30, foi solicitado aos técnicos para se avançar com uma obra cujo valor não pode ascender a €1.000.000,00 e que tem como objetivo a implementação de uma ciclovía, infraestruturas ao nível do subsolo (iluminação, comunicações, rede de águas e esgotos) e depois um tapete betuminoso, desde o Cerradinho da Praia até à primeira rotunda da freguesia de São Francisco, nomeadamente, neste sentido, do lado esquerdo. Porém, para que esta obra seja possível, é necessário alargar a via e para esse facto é necessário entrar em terrenos privados, pelo que apelou à generosidade dos proprietários desses terrenos, tal como foram generosos os proprietários dos terrenos que permitiram realizar a requalificação da rua do Láparo, porque se tal assim não for, a autarquia terá de avançar para um sistema de desapropriação, que será um processo mais moroso e que terá mais custos financeiros. Portanto, o objetivo é ter uma relação muito estreita e profícua com os proprietários dos terrenos para se conseguir realizar a obra. Se assim não acontecer, a estrada poderá ser reabilitada, mas continuar-se-á com o mesmo problema de segurança das pessoas que circulam a pé, sendo que não é isso que se pretende, pretende-se criar outras condições que de momento a estrada não oferece.

**Posteriormente, ao abrigo da alínea f), do artigo 20.º do regimento da Assembleia Municipal, usaram da palavra os seguintes membros:**

- Ana Maduro, bancada do PS

Apresentou a seguinte Moção “Por mais e melhores cuidados de saúde no nosso território”:

«O concelho de Alcochete tem um total de 19.852 utentes inscritos na Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) e Unidade de Saúde Familiar Luz do Tejo (USF), que se distribuem pelas freguesias de Alcochete, São

Francisco e Samouco. No entanto, 38,2% destes utentes, o correspondente a 7.589 pessoas não têm Médico de Família.

A UCSP tem 8.856 utentes dos quais 5.914 não têm Médico de Família e a USF Luz do Tejo apresenta um total de 10.996 utentes, dos quais 1.675 não têm Médico de Família.

Na freguesia de São Francisco, desde o encerramento da Extensão de Saúde em 2010, 2.172 utentes foram encaminhados para a UCSP de Alcochete. Há muito que a Junta de Freguesia de São Francisco, reivindica a ida de um médico quinzenalmente à freguesia para atendimento dos seus fregueses, através do Posto de Saúde Móvel.

A Extensão de Saúde na freguesia do Samouco, com aproximadamente 3.000 utentes, tem uma enfermeira e duas médicas de família, que atualmente alternam a prestação de serviço médico apenas três vezes por semana aos seus utentes. O que consideramos ser uma resposta parca na área de cuidados primários.

A localidade rural do Passil, desde dezembro de 2024, que deixou de ter a única resposta de cuidados de saúde primários de proximidade prestada quinzenalmente por uma médica de família.

Este encerramento sucessivo, definitivo ou temporário, das unidades de prestação de cuidados de saúde, na maioria das situações devido à escassez de recursos humanos, tem como consequência uma maior afluência ao serviço de urgência do atual hospital referência, o Hospital Nossa Senhora do Rosário – Barreiro, que se encontra a 30 km de Alcochete.

Além dos nossos problemas locais, fomos confrontados com o anúncio do Governo da intenção de encerramento definitivo das Urgências de Obstetrícia na Unidade Local de Saúde Arco Ribeirinho, que consideramos ser uma decisão verdadeiramente desfavorável para a nossa população e que

representa um enorme retrocesso na prestação de cuidados de saúde materno-infantis. A decisão de encerramento da maternidade é de um perfeito desconhecimento dos problemas hospitalares que persistem no nosso território. O expetável seria fortalecer estes serviços, mas o atual Governo Central opta pelo caminho mais fácil e prejudicial, enfraquecendo o acesso aos cuidados de saúde.

O encerramento desta unidade irá, com toda a certeza, sobrecarregar o Hospital Garcia da Horta e o Hospital de São Bernardo. Irá ainda, deixar milhares de grávidas sem uma resposta de proximidade.

Centralizar problemas não os resolve, aliás prevê-se que estes se agigantem.

O nosso território merece mais atenção e mais e melhor saúde.

Deste modo, torna-se evidente a necessidade de reforçar os recursos concelhios e regionais na área da saúde, privilegiando as populações vulneráveis, que têm maiores e mais complexas necessidades em saúde, é imperativo garantir uma maior proximidade e eficácia na gestão de recursos que lhe devem ser afetos, de modo a cumprir os requisitos básicos e essenciais do Sistema Nacional de Saúde criado para todos.

O Governo Central mostra uma falta de sensibilidade e de visão estratégica e agudiza a ausência de recursos, provocando um aumento dos encargos financeiros dos utentes e do SNS, mas também o agravamento do estado de saúde dos utentes, devido à ineficaz e ausência de resposta dos serviços de saúde primários.

Reiteramos a reavaliação urgente da decisão de encerramento da Maternidade da ULSAR, assim como solicitamos a resolução da carência de médicos no nosso concelho e a adoção de verdadeiras medidas cujo objetivo permitam ultrapassar a presente situação, que tem vindo a gerar um justificado e crescente sentimento de insatisfação junto da população.

Solicita-se, assim, à presente Assembleia Municipal, reunida ordinariamente a 28 de fevereiro de 2025, que esta Moção seja votada e remetida a S. Ex.<sup>a</sup>

Ministra da Saúde, o S. Ex.º Primeiro-Ministro, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à Unidade Local de Saúde Arco Ribeirinho e aos Órgãos de Comunicação Social em geral.»

Submetida à discussão não se registaram intervenções.

Submetida à votação, a Moção foi aprovada por maioria com 23 votos a favor (15 do PS, 5 da CDU, 2 do CDS-PP e 1 do PSD) e 1 voto contra do Chega.

Mário Paracana, em nome do Chega, apresentou a seguinte declaração de voto:

«Não acompanhamos a Moção do PS, não porque sejamos a favor da atual degradação dos serviços de saúde do concelho, mas, o mesmo vindo da bancada do PS, parece-nos desadequado, ainda que também não defendemos o Governo atual. Portanto, consideramos que muitas destas condições de degradação se deve aos últimos anos de Governação do PS.»

- Mafalda Catalão, bancada do PS

Apresentou o seguinte Voto de Louvor “Coletividades do Concelho”:

«A bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal vem por este meio, emitir os seus votos de congratulação e louvor às coletividades do concelho de Alcochete, que comemoraram recentemente os seus aniversários, que passamos a enumerar:

- O Grupo Desportivo Alcochetense, fundado a 1 de janeiro de 1937, pelo seu octogésimo oitavo aniversário;
- O Grupo Desportivo da Fonte da Senhora, fundado a 15 de janeiro de 1983, pelo seu quadragésimo segundo aniversário;

- A Sociedade Imparcial 15 de Janeiro de 1898, fundada a 15 de janeiro de 1898, pelo seu centésimo vigésimo sétimo aniversário;
- A Associação Cultural, Recreativa e Desportiva do Rancho Folclórico de Danças e Cantares do Passil, fundada a 19 de janeiro de 1991, pelo seu trigésimo quarto aniversário;
- O Clube Taurino de Alcochete, fundado a 18 de fevereiro de 1998, pelo seu vigésimo sétimo aniversário.

No dia 15 de janeiro celebrou-se mais um ano da Restauração do Concelho e, assim, na pessoa do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Alcochete, Fernando Pinto, louvamos o concelho de Alcochete, pelo seu centésimo vigésimo sétimo aniversário de Elevação de Alcochete à categoria de concelho; feito histórico para a nossa terra que remonta a 15 de janeiro de 1898.

Congratulamos a freguesia de São Francisco, na pessoa do Exmo. Senhor Presidente, João Santos, pela comemoração do 40.º aniversário da Elevação de São Francisco a freguesia, no passado mês de janeiro.

Congratulamos ainda a freguesia do Samouco, na pessoa do senhor Presidente, Joel Rodrigues, pela Elevação do Samouco a vila, na comemoração do seu 20.º aniversário, no passado dia 28 de janeiro, de acordo com a Lei n.º 26/2005, em “Diário da República”, que oficializou a elevação do Samouco a vila.

Solicita-se, assim, à presente Assembleia Municipal, reunida ordinariamente a 28 de fevereiro de 2025, que este Voto de Louvor seja votado e remetido para as entidades acima mencionadas.»

Submetido à discussão, não se registaram intervenções.

Submetido à votação, o Voto de Louvor foi aprovado por unanimidade.

– João Nuno Coelho, bancada da CDU

Apresentou a seguinte Saudação “8 de março – Dia Internacional da Mulher, um símbolo da luta e aspiração das mulheres à emancipação social”:

«Na passagem do Dia Internacional da Mulher os eleitos da CDU da Assembleia Municipal de Alcochete saúdam as mulheres que vivem, trabalham ou estudam no nosso concelho, as que afirmam o valor da participação das mulheres no pulsar da vida local – coletividades de cultura e recreio, no teatro, no desporto, nos bombeiros, nas forças de segurança, nos sindicatos, entre outras entidades e organizações sociais.

Uma saudação ainda às trabalhadoras do município e das freguesias, que nas diversas áreas de intervenção contribuam para garantir a prestação de serviço público que garantem o funcionamento da vida do concelho – desde a limpeza urbana, aos jardins, o atendimento à população, no ambiente e urbanismo, nas escolas e equipamentos desportivos e culturais ou no apoio ao trabalho dos eleitos nos órgãos autárquicos. Uma saudação, que naturalmente, se estende às eleitas nos diversos órgãos autárquicos.

Assinalar o Dia Internacional da Mulher é prosseguir com o simbolismo desta data que, desde 1910, se transformou num símbolo da luta das mulheres em todo o Mundo pelos direitos das mulheres, justiça social e pela Paz.

Em Portugal, num tempo em que era proibida a sua comemoração, as mulheres assumiram esta data como um símbolo de luta pelo derrube do fascismo, contra a guerra, por melhores salários e condições de vida dignas, pela liberdade e por direitos.

Desde a primeira comemoração em liberdade e democracia – 8 de março de 1975, até aos nossos dias, o Dia Internacional da Mulher tem sido uma

oportunidade para dar voz às mulheres na sua exigência de igualdade no trabalho, na família e na sociedade nos 365 dias do ano.

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2025, afirmam o seu compromisso:

Para com a valorização da participação das mulheres na sociedade e pelo direito de serem realizadas políticas que ponham fim às persistentes desigualdades e discriminações e pela limitação do exercício de direitos no trabalho, na família, na maternidade, no acesso a cuidados de saúde, em particular na saúde sexual e reprodutiva, na participação política, na cultura ou no desporto. As mulheres continuam a enfrentar várias formas de violência, nomeadamente a violência doméstica e a exploração na prostituição.

Para a defesa de mais e melhores serviços públicos de proximidade e qualidade, condição necessária para efetivar a igualdade, em especial no SNS assegurando o direito de todos à saúde, o adequado acompanhamento da gravidez, parto hospitalar e cumprimento da Lei da IVG.

Pela responsabilidade do Estado no reforço de recursos humanos, técnicos e financeiros para que os serviços públicos - centros de saúde, hospitais, escolas, universidades, forças de segurança, polícia criminal, Ministério Público e serviços de segurança social - possam concorrer para a eficácia dos instrumentos legais de prevenção da violência doméstica, de adequada proteção das vítimas, de uma afetiva intervenção com programas dirigidos aos agressores para prevenir e combater a reincidência desta grave prática social.

Por uma Estratégia de Prevenção e Combate à Exploração das Mulheres na Prostituição, com a implementação de programas de saída para quem assim o queira fazer. Uma estratégia que não criminaliza, nem estigmatiza as mulheres, antes reconhece que o Estado tem que reconhecer que estamos perante uma intolerável forma de violência sobre as mulheres sujeitas a este negócio

sórdido, mas que igualmente atenta contra a dignidade e direitos de todas as mulheres.

E saúdam todas mulheres, trabalhadoras, mães, avós, estudantes da freguesia e do concelho, reconhecendo o valor da sua imprescindível participação enquanto motor transformador da sociedade.

A ser aprovado, este voto deve ser enviado:

- a) À CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género;
- b) Ao Ministério da Juventude e Modernização;
- c) À Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens da CGTP-IN; CGTP-IN e UGT;
- d) Às estruturas e forças vivas do concelho.»

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Ana Maduro, bancada do PS

Considera que o documento apresentado, não é uma saudação, mas um voto porque a assembleia tem de o votar.

- Presidente da assembleia

Referiu que é uma saudação que tem de ser votada, porque no fim diz que tem de ser aprovada e pede para ser enviada a várias entidades. Para a assembleia remeter a Saudação em seu nome, a mesma tem de a aprovar, senão a CDU enviava e não necessitava de pedir à assembleia para a remeter, depois de aprovada.

- Diogo Mourão, bancada do PS

Mencionou que pelo último parágrafo, entende que a Saudação tenha sido efetuada para ser apresentada em Assembleias de Freguesia, como estamos

numa Assembleia Municipal, considera que deverá ser retirada a palavra “freguesia”

– Presidente da assembleia

Sublinhou que o deputado está a sugerir a correção do 11.º parágrafo: onde se lê: “...estudantes da freguesia e do concelho...”, deve-se ler: “...estudantes do concelho...”. Como a bancada da CDU concordou, solicitou que fosse efetuada a alteração.

Submetida à votação, a Saudação foi aprovada por maioria com 23 votos a favor (15 do PS, 5 da CDU, 2 do CDS-PP e 1 do PSD) e 1 voto contra do Chega.

Mário Paracana, em nome do Chega, apresentou a seguinte declaração de voto:

«Naturalmente, nós não somos contra as mulheres, somos apenas contra o argumento anacrónico que foi apresentado nesta Saudação em particular. No sétimo parágrafo é feita uma espécie de desvalorização de todos para enaltecimento de uns. Acho que podíamos trabalhar isto do ponto de vista da sociedade e enaltecer a sociedade portuguesa pelo facto de também ter conseguido à luz do Direito e do Estado de Direito, ter elevado a mulher, tal como outros países da Europa e Ocidente de forma geral, a uma condição mais igualitária na sociedade. Se compararmos a mulher europeia a outras partes do mundo, certamente, estará numa condição melhor. Convido-os a ler o sétimo parágrafo, poderíamos ler desta forma: “Para com a valorização da participação dos cidadãos na sociedade e pelo direito de serem realizadas políticas que ponham fim às persistentes desigualdades e discriminações e pela limitação do exercício de direitos no trabalho, na família, na paternidade e na maternidade, no acesso a cuidados de saúde em particular na saúde sexual e reprodutiva, na participação política, na cultura ou no desporto, por cidadãos que continuam a enfrentar várias formas de violência, nomeadamente, a

violência doméstica e a exploração na prostituição.” Porque não nos podemos esquecer a quantidade de jovens e de crianças que são contra a sua vontade arrastadas para estas esferas.»

## **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA**

A assembleia tomou conhecimento.

### **PONTO 2 - INTEGRAÇÃO DO SALDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO ANO DE 2024**

- APROVAÇÃO DO MAPA DA DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL DO ANO DE 2024;**
- 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA, AO ORÇAMENTO DA DESPESA E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI E AMR'S) DE 2025**

Proposta aprovada por maioria, com 5 votos a favor do PS e 2 abstenções da CDU, na reunião da Câmara Municipal de 05/02/2025:

«Prevê o artigo 145.º da Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para 2025 (LOE 2025), que após aprovação do mapa «Demonstração do Desempenho Orçamental» pode ser incorporado, por recurso a uma revisão orçamental, antes da aprovação dos documentos de prestação de contas, o saldo da gerência da execução orçamental.

Refere ainda o n.º 6, do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 11 de setembro, na sua redação atual, que “Sem prejuízo dos n.ºs 1 e 2, a parte do saldo de

gerência da execução orçamental consignado pode ser incorporada numa alteração orçamental, com a aprovação do Mapa dos Fluxos de Caixa pelo órgão executivo, em momento anterior ao da aprovação dos documentos de prestação de contas.”

É ainda de referir, que o saldo de gerência orçamental do ano de 2024, no montante de €2.980.710,03 inclui o valor de €1.326.757,18 de saldo de gerência orçamental consignado.

Neste seguimento apresenta-se a 1.<sup>a</sup> revisão ao Orçamento da Receita, ao Orçamento da Despesa e às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR's) de 2025.

1. A primeira revisão ao Orçamento da Receita reforçou rubricas no montante de €1.874.224,00 destacando-se a introdução do saldo de gerência na posse do serviço no montante de €1.653.953,00 e o montante consignado no valor de € 20.271.00, apresentando um saldo positivo no valor de €1.874.224.00;
2. A primeira revisão ao Orçamento da Despesa reforçou rubricas no montante de €2.072.983,00, e anulou rubricas no montante de €198.759,00, registando um saldo positivo no montante de €1.874.224,00;
3. A primeira revisão às Grandes Opções do Plano, apresenta uma modificação com o saldo de €153.798,00 que se reflete no Plano Plurianual de Investimentos e nas Atividades Mais Relevantes;
4. O Plano Plurianual de Investimentos procedeu a reforços e anulações perfazendo um saldo de €116.998,00;
5. As Atividades Mais Relevantes procederam a reforços e anulações perfazendo um saldo de €36.800,00.

Assim proponho:

1. A aprovação do mapa Demonstração do Desempenho Orçamental do ano de 2024, ao abrigo do artigo 145.º da Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro e do n.º 6, do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 11 de setembro;
2. A aprovação à primeira revisão ao Orçamento da Receita, ao Orçamento da Despesa e às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR's) de 2024, nos termos do artigo 145.º da Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro:
  - a) A primeira revisão ao Orçamento da Receita reforçou rubricas no montante de €1.874.224,00, destacando-se a introdução do saldo de gerência na posse do serviço no montante de €1.653.953,00, e o montante consignado no valor de €220.271.00, apresentando um saldo positivo no valor de 1.874.224.00;
  - b) A primeira revisão ao Orçamento da Despesa reforçou rubricas no montante de €2.072.983,00 e anulou rubricas no montante de €198.759,00, registando um saldo positivo no montante de €1.874.224,00;
  - c) A primeira revisão às Grandes Opções do Plano, apresenta uma modificação com o saldo de €153.798,00 que se reflete no Plano Plurianual de Investimentos e nas Atividades Mais Relevantes.
3. Que a presente proposta seja remetida à Assembleia Municipal para aprovação.»

Submetida à discussão, registou-se a seguinte intervenção:

- Presidente da câmara

Informou que a proposta tem como objetivo realizar as operações necessárias para introdução do Saldo de Gerência e proceder aos ajustes normais para o bom equilíbrio do Orçamento, que deverá ser equilibrado, no âmbito das receitas, como no âmbito das despesas. Até há 2 ou 3 anos, a introdução do Saldo de Gerência era efetuada aquando da apresentação do Relatório e Contas, em boa hora se deixou de ser assim, porque o Governo na altura entendeu, na sequência do ciclo pandémico, que o Saldo de Gerência nos municípios poderia ajudar no desenvolvimento daquilo que é o serviço público, mantendo-se até à presente data. Assim, com a aprovação do Mapa de Caixa e Mapa Fluxo de Caixa acaba-se por ter a capacidade de preconizar a introdução do Saldo de Gerência. O Saldo de Gerência para o ano de 2025 cifra-se em €2.980.710,02, que se divide em Saldo Consignado e Saldo Não Consignado. O Saldo Consignado assenta naquilo que são as garantias bancárias e nos adiantamentos recebidos por contas dos subsídios comunitários e que apresenta um valor de €1.326.757,18. O Saldo Não Consignado é o valor que fica liberto e na posse dos serviços, com um valor de €1.653.952,85, valor que foi totalmente integrado nesta primeira revisão ao Orçamento, por forma a que o mesmo se mantenha equilibrado.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria com 16 votos a favor (15 do PS e 1 do PSD), 7 abstenções (5 da CDU e 2 do CDS-PP) e 1 voto contra do Chega.

## **PERÍODO DE ANTES DE ENCERRAR A SESSÃO**

Registaram-se as seguintes intervenções:

- José Tavares, bancada do PS

Felicitou o Clube Taurino de Alcochete pela iniciativa de dinamização de um conjunto de atividades relativas às embarcações tradicionais do Tejo. Alcochete sempre esteve ligado ao rio e no passado existiam uma série de embarcações e pessoas que se dedicavam à atividade marítima e, assim, um grupo de jovens do Clube Taurino de Alcochete decidiu trazer ao presente uma parte da história associada às embarcações tradicionais do rio Tejo, o que para si é de louvar. Considera que esta iniciativa é motivo de orgulho para todas as pessoas que tiveram ligadas às mesmas, sendo também um motivo para criar uma maior aproximação dos jovens ao rio.

Mais felicitou o executivo camarário pelo programa de comparticipação de medicamentos aos idosos carenciados. Para si é de louvar este apoio, dado o aumento do custo de vida e porque os medicamentos estão cada vez mais caros. É importante que os idosos carenciados possam ser ajudados, porque estes, logicamente, precisam de mais medicamentos e, no caso concreto, o município propõe ajudar cerca de 120 idosos.

– Patrícia Figueira, bancada do CDS/PP

Relativamente à sua intervenção no Período de Antes da Ordem do Dia, referiu que quando disse que o diálogo era difícil, foi no sentido de acatamento das reivindicações e não no sentido de agendamento de reuniões.

Em relação ao Suplemento de Penosidade e Insalubridade e, relativamente à divergência de doutrina, considera que pode ser efetuada uma interpretação diferente ao exposto no Decreto-Lei n.º 93/2021, sendo o que o senhor presidente referiu, cada jurista, cada interpretação.

No que diz respeito à Opção Gestionária, como a assembleia municipal aprovou o Orçamento para 2025 onde consta a Opção Gestionária, questionou se a mesma já foi aplicada, ou seja, se já vem refletida no vencimento dos funcionários. Mais solicitou esclarecimentos de como correu a reunião do executivo com o STAL em fevereiro de 2025 e qual é o critério de escolha dos

temas de formação profissional a prestar aos trabalhadores, ou seja, se os funcionários são auscultados na escolha da formação a dar-lhes.

– Vereadora Ana Maduro

Por solicitação do senhor presidente da câmara e com a devida autorização do senhor presidente da assembleia, informou que relativamente ao Suplemento de Penosidade e Insalubridade existe uma divergência de entendimento quanto à aplicabilidade do suplemento por parte das diversas estruturas sindicais. Considera o STAL que este deve abranger todos os assistentes operacionais da autarquia, porém, na qualidade de jurista e da leitura da Lei não vê esse tipo de interpretação. Face às divergências existentes foi solicitado parecer jurídico aos juristas que prestam serviços à câmara municipal, bem como, parecer à CCDDR-LVT (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo) onde todas as questões e dúvidas foram colocadas, tendo o senhor presidente dado conhecimento do mesmo ao STAL na última reunião havida. Para si, o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 93/2021 é taxativo, ou seja, não é alargado a outras áreas funcionais, sendo que da leitura também da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas se retira que qualquer suplemento que seja auferido por qualquer trabalhador, tem o mesmo que estar previsto na Lei, sob pena de esse pagamento ser invalido e obrigar à restituição do mesmo, quer pelos trabalhadores que auferiram, quer pelo eleito que o autorizou. O artigo 2.º do Decreto-Lei 93/2021 refere: “O suplemento de penosidade e insalubridade previsto no presente decreto-lei aplica-se aos trabalhadores integrados na carreira geral de assistente operacional que desempenhem funções nas áreas de recolha e tratamento de resíduos e tratamento de efluentes, higiene urbana, saneamento, procedimentos de inumações, exumações, transladações, cremação, abertura, aterro e arranjo de sepulturas, limpeza de canis e recolha de cadáveres animais, bem como de asfaltamento de rodovias, de que resulte comprovada sobrecarga funcional que potencie o aumento da probabilidade de ocorrência de lesão ou um risco potencial agravado de degradação do estado de saúde”. Informou que a CCDDR-LVT foi questionada, por exemplo, se os mecânicos que muitas vezes têm de reparar os carros do lixo ainda com os

resíduos no interior, estariam abrangidos, bem como, quanto aos operacionais que desempenham funções nos espaços verdes e o parecer n.º 1/2024 é expresso, diz que não é aplicável, e, assim, a câmara municipal está a cumprir com o que a legislação manda. Ainda assim, como foi transmitido pelo sindicato que os municípios de Almada, Seixal, Sesimbra, Santiago do Cacém, Palmela e Moita estariam a aplicar o suplemento de forma mais abrangente (não sabe em que termos, nem com que fundamentação), foi assumido o compromisso de auscultar esses municípios no sentido de tentar perceber, face ao parecer da CCDR-LVT, qual é a fundamentação que têm subjacente para a aplicabilidade desse suplemento.

No que concerne à Opção Gestionária, asseverou que de acordo com a Lei de Execução Orçamental que foram publicadas aos longo dos 2 ou 3 anos transatos diz expressamente que a Opção Gestionária é aplicada a 5% do universo dos trabalhadores, onde estes 5% nem sequer são aplicados a cada uma das carreiras dos trabalhadores, técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais, mas ao universo total dos trabalhadores de cada entidade pública. Não tem conhecimento que já tenha saído este ano a Lei de Execução Orçamental para o ano de 2025, mas qualquer das formas, como o senhor presidente teve oportunidade de esclarecer ficou em Orçamento a verba destinada à Opção Gestionária prevista na sua totalidade, ou seja, para todos os trabalhadores que reúnem as condições.

Em relação à formação profissional, informou que existe o cuidado de anualmente se questionar os trabalhadores quanto às necessidades, não só para formações de carácter obrigatório, porque existem funções que obrigam a ajustamentos, bem como para melhorar as qualificações dos trabalhadores, pois uma melhor qualificação dará origem a melhor desempenho, a uma maior eficiência e, por conseguinte, uma melhor prestação de serviço público à população.

– Presidente da câmara

Reiterou que o executivo camarário respeita todo e qualquer sindicato, informando que na legislatura anterior o executivo foi parceiro intransigente na defesa das carreiras dos professores e aquando da receção do senhor Ministro da Educação numa ação de formação que assistiu em Alcochete, teve a oportunidade de lhe apelar para que tivesse em consideração as reivindicações dos sindicatos. Na sua intervenção no Período de Antes da Ordem do Dia, deu nota do trabalho que o executivo efetuou ao nível do melhoramento das condições dos trabalhadores e julga que existe uma boa relação com o STAL, a não ser que o mesmo diga que executivo é difícil na negociação porque não cumpre com todo o caderno reivindicativo e aí sim poderá concordar com referência de difícil relacionamento, mas até o sindicato entende que no caderno reivindicativo existem situações que são mais importantes e urgentes que outra, contudo, estão a trabalhar em conjunto até porque entende que apenas em conjunto os trabalhadores são beneficiados, não tendo dúvidas que atualmente os trabalhadores estão em melhores condições do que estavam por forma de um conjunto de circunstâncias, inclusivamente, financeiras.

– Patrícia Figueira, bancada do CDS/PP

Mencionou que o n.º 2, do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 93/2021, refere: “Nas autarquias locais a competência para definir quais as funções que efetivamente preenchem os requisitos de penosidade e insalubridade, bem como o seu nível, pertence ao órgão executivo, sob proposta financeiramente sustentada do respetivo presidente da câmara municipal, do presidente da junta de freguesia ou do dirigente ou órgão máximo do serviço, quando aplicável”, pelo que lhe parece que o artigo 3.º abre uma exceção ao artigo 2.º.

Quanto à Opção Gestionária, aludiu que existe um parecer da CCDR-LVT, mais concretamente o n.º 3 do ano de 2022, que se debruça sobre o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 209/2009 e que diz que: “compete ao órgão executivo decidir «entre outros» sobre o montante máximo a afetar às alterações de posicionamento remuneratório dos trabalhadores, devendo esta decisão do órgão executivo ser tomada nos primeiros 15 dias após a execução do

orçamento”. Assim, parece-lhe que da leitura deste artigo que a aplicação dos 5%, não é completamente estanque, nem que não seja passível de discricionariedade pelo executivo.

- Presidente da câmara

Referiu que aceita e entende que haja outras visões e outros pareceres, não tendo dúvidas que compete ao executivo aplicar, mas de acordo com a legislação, sendo que o que pretende é que lhe digam com segurança como fazer, quer por via da CCDR-LVT que inclusivamente adiciona no seu parecer a Inspeção Geral de Finanças, quer pelos pareceres emanados pelos juristas da autarquia.

- Vereadora Ana Maduro

Esclareceu que se estava a referir a um parecer do ano de 2024, enquanto a deputada Patrícia Figueira se estava a referir um parecer datado de 2022.

- Diogo Mourão, bancada do PS

Recordou que no passado dia 22 de fevereiro fez 3 anos da invasão da Ucrânia por parte da Rússia, 3 anos bastantes complicados não só para a Ucrânia, mas também para os países europeus (ao contrário do que um certo presidente pensa), 3 anos de grande esforço da NATO e de grande esforço de todos os países europeus. Dia que ficou marcado por um episódio muito triste de um presidente prepotente, a roçar o ditador, que curiosamente só é apoiado por um partido em Portugal.

Seguidamente, deu nota da sua repugnância por o que aconteceu na Assembleia da República no passado dia 13 de fevereiro, em que uma deputada invisual do Partido Socialista foi ofendida por uma das bancadas. Salientou que se o Partido Socialista apresentasse em assembleia municipal

um Voto de Repúdio, possivelmente, o mesmo não seria aprovado por unanimidade, situação que o entristecia.

Seguidamente procedeu-se à leitura da ata em minuta, que após ser submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, pelas 00:13 horas, o presidente da assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente ata que eu, Carla Sofia Oliveira, técnica superior, subscrevo e assino.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

A TÉCNICA SUPERIOR,